

Sessão Pública do PCP

O Partido Comunista Português, os Católicos e a Igreja

Lisboa, 4 de Abril de 2014

Intervenção de Deolinda Machado, Activista Católica, dirigente da CGTP-IN

Caras amigas, amigos, camaradas de trabalho e de luta

Daqui a duas semanas estaremos a celebrar a Páscoa cuja preparação estamos a fazer neste tempo de Quaresma.

Vivemos a quaresma do tempo litúrgico que nos pode e deve inspirar para a mudança a fazer no tempo presente. Trata-se da passagem de polítics (que reduzem as pessoas a números, que escravizam e condenam ao sofrimento e morte) para outras polítics, isto é, para a libertação deste aprisionamento dos seres humanos. É a exigência do tempo que vivemos que nos impulsiona. E é para nós esta tarefa, este desafio de mudança de polítics.

A palavra Páscoa está ligada a “PASSAGEM”.

Passagem do inverno para a primavera, nas celebrações pagãs;

Passagem da escravatura para a liberdade, nas celebrações judaicas;

Passagem da morte para a Vida, na celebração da ressurreição de Jesus Cristo, nas celebrações cristãs.

Uma semana depois da Páscoa estaremos a comemorar os 40 anos da Revolução de Abril, e na semana seguinte estaremos a celebrar o primeiro 1º de Maio vivido em liberdade, em Portugal (dia de S.José e dia do Trabalhador).

Estes são marcos históricos da luta emancipadora das mulheres e dos homens trabalhadores destes país e do povo contra a opressão, contra a ditadura fascista.

O país confronta-se, hoje, com uma das maiores ofensivas desencadeadas pelo capital económico e financeiro, depois de instaurado o regime democrático em Portugal.

A Comissão Europeia, nas previsões de Inverno, reconhece que o empobrecimento dos portugueses está directamente relacionado com o “programa de ajustamento” e a disciplina orçamental, uma vez que estes condicionam de forma determinante a criação de emprego, fragilizam o investimento privado e cortam até ao limite, no investimento público.

Estas previsões de Inverno da Comissão Europeia, que é um dos membros da tróica estrangeira, atestam que Portugal continuará a afastar-se dos outros

países da União Europeia em matéria de riqueza por habitante. Este ano, é já o nono país mais pobre.

Segundo a Cáritas Europa “25 milhões de crianças da U. E. estão em risco de pobreza ou exclusão social”. Este não pode ser o futuro que temos para lhes proporcionar. As crianças crescem agora e não podem esperar que a crise acabe...

Trata-se duma agressão, sem precedentes, aos trabalhadores, às famílias e ao povo português.

Urge erradicar esta política de alienação da independência e soberania nacional, violando reiteradamente a Constituição da República Portuguesa. Urge promover uma cultura de coesão nacional e não de divisão.

Portugal é cada vez mais uma sociedade dividida: entre trabalhadores do sector público e do sector privado, entre quem tem emprego e os que não o têm, entre gerações mais novas e mais velhas, entre filhos e pais, entre pobres e ricos, entre os que têm poder e influência e os que sofrem as consequências da política da tróica e do Governo PSD/CDS, entre os que têm dinheiro para aceder à saúde e educação, e os que deles são excluídos.

Alguns dados que ilustram o que acabei de referir:

- As 25 maiores fortunas, em 2013, representam 10,1% do PIB, o que traduz um aumento de 17,8% face a 2010;
- A venda de carros de luxo teve um aumento de 23% em 2013
- BPN, BPP, Swaps, PPP's, de entre outros.

No outro lado da escala social temos:

- 25,3% da população estava em risco de pobreza e de exclusão social em 2012;
- 1 milhão e meio de desempregados;
- 220 mil trabalhadores obrigados a emigrar;
- Mais de 70 mil empresas arrastadas para a falência;
- Reduções de salários e pensões, bem como de acesso a cuidados de saúde e educação.

Num país com quase 900 anos de História não vamos baixar os braços. Sigamos o exemplo dos que nos precederam na organização e na luta em defesa de um mundo mais justo e solidário.

Temos motivos de força, temos razões de esperança, apesar do tempo conturbado em que vivemos. A História demonstra-nos que são possíveis outras políticas assentes na defesa da dignidade da pessoa, na defesa da Paz e da Justiça para todos, porque irmanados na mesma comunidade - a Comunidade Humana.

É o tempo maduro para o processo de libertação, de que nos fala Leonardo Boff. Primeiro na mente. Depois na organização. Por fim na prática.

Libertação significa a acção que liberta a liberdade cativa. A libertação começa na vossa consciência e no resgate da vossa própria dignidade, feita mediante uma prática consequente.

O texto de 1947, Álvaro Cunhal – o Partido Comunista, os católicos e a Igreja traz à nossa reflexão um conjunto vasto de questões político-ideológicas relevantes para a sociedade portuguesa, denunciando a ditadura de Salazar e quem a apoiava activamente na Igreja, distinguindo claramente dos que, sendo Igreja povo de Deus, os trabalhadores católicos e os progressistas católicos, em unidade com os comunistas, lutaram pela liberdade, pelo progresso e pela independência que foram alcançadas com o 25 de Abril de 1974.

A dado passo do texto, pode ler-se, “na presente situação nacional, qual é a alternativa que se coloca ante o povo português? Essa alternativa é: ou o fascismo ou a democracia. Ou a continuação da exploração sem freio das classes trabalhadoras, do esmagamento das classes médias pelos monopólios corporativos, do atraso do país (...) ou uma viragem da política portuguesa no sentido do progresso e da democracia, a libertação do país da canga do corporativismo, a realização de eleições livres, o estabelecimento de uma política externa independente e de convívio internacional. Esta é a real alternativa que se coloca ante o povo português”.

Era assim em 1947, e hoje? Cabe-nos a nós mulheres e homens deste tempo em que vivemos, dar continuidade a esta luta, apoiados na nossa fé, na esperança e na certeza de que unidas/os conseguiremos alcançar a Paz e a justiça de que Portugal e o mundo tanto necessitam.

Voltando a Álvaro Cunhal encontramos a resposta “só a unidade de todos os homens e mulheres honrados e progressivos pode por barreira à desenfreada exploração fascista e ao terror policial, à arbitrariedade e ao crime, às concessões que ameaçam a independência, à preparação de uma nova hecatombe universal. Não há divergências de convicções religiosas e filosóficas que possam, por si só, afastar os homens numa unidade estabelecida com tal objectivo. (...) Na luta se vê quem é sincero e quem se sacrifica para atingir os objectivos comuns, SE TEMOS ASPIRAÇÕES COMUNS, DEVEMOS AGIR EM COMUM PARA A SUA REALIZAÇÃO (...) Tem sublinhado o Partido Comunista Português, «aquilo que nos separa nada é comparado com o que nos une». Todos os portugueses e portuguesas honrados, sejam comunistas, católicos, republicanos, socialistas, monárquicos ou sem partido, estamos interessados em que Portugal seja liberto do fascismo e encaminhado para a democracia (...) Que no país sejam instauradas as liberdades e realizadas eleições livres(...). Esta comunidade de interesses e aspirações explica porque milhares de trabalhadores e homens, mulheres e jovens progressistas católicos de todas as profissões, se estejam unindo a todos os democratas portugueses na luta por uma melhor vida e um melhor futuro. Nós desejamos que essa unidade se alargue e fortaleça. Desejamos que os católicos honrados participem não só nas lutas das classes trabalhadoras como nas COMISSÕES DE UNIDADE que, nas empresas, nos escritórios, nos campos, em todos os locais de trabalho, são os legítimos

defensores dos interesses dos trabalhadores. Desejamos que os católicos participem não só na luta para colocar à frente dos Sindicatos Nacionais gente séria que defenda os interesses dos associados como nas COMISSÕES SINDICAIS que, legalmente, fazem interessar os trabalhadores na acção dos SN, e nas LISTAS DE UNIDADE a propor nas próximas eleições(...) a nossa política é uma política de Unidade e de Concórdia(...).”

A História do Movimento Sindical mostra-nos que foi isso que aconteceu. O projecto do Movimento Sindical Unitário CGTP-IN.

Canais Rocha refere que “(...) Nalguns dos sindicatos mais importantes são eleitas listas de unidade, integrando pessoas da «confiança dos trabalhadores» que, não raro, já se haviam destacado nos seus locais de trabalho. Na conquista de novos contratos colectivos de trabalho são mobilizados milhares e milhares de trabalhadores que, unidos no mesmo projecto de contratação, dão redobrado apoio às direcções sindicais unitárias. Tais direcções, onde os comunistas e os católicos desempenham um papel importante, mas não em exclusivo, alargam a sua acção à luta contra o aumento do custo de vida e contra a censura, à conquista de horários de trabalho humanizados e de uma Previdência ao serviço dos trabalhadores”. A título de exemplo, com os três maiores sindicatos dos metalúrgicos liderados por direcções unitárias, com Vítor Ranita e Santos Júnior, foi fácil conquistar a Federação Nacional dos Sindicatos dos Metalúrgicos, em Outubro de 1970. O mesmo se passou com os trabalhadores do comércio, processo liderado por José Malaquias Pinela, em Junho de 1970. Idêntico processo com o Sindicato dos Lanifícios de Lisboa que em Abril de 1970, passou também a ser dirigido por uma direcção unitária, cujo presidente era Manuel Lopes, que depois de conquistar os Sindicatos de Lanifícios de Castanheira de Pera, da Covilhã e de Gouveia, passou a liderar a Federação Nacional dos Sindicatos de Lanifícios.

Em 1 de Outubro de 1970 nasce a CGTP-IN fruto da construção de base dos trabalhadores num projecto unitário de defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores. Na visão de Mandela dir-se-ia um projecto arco-iris, um projecto abrangente, branco preto e de todas as cores, unidos num mesmo objectivo – a defesa das/dos trabalhadores.

O êxito da CGTP-IN sustenta-se e alimenta-se nos valores, objectivos e princípios programáticos que estruturam o seu projecto – enquanto movimento sindical unitário, democrático, independente, de massas e de classe, - e na sua acção concreta e diversificada como força de progresso social, económico, cultural e político, na interpretação dos direitos e deveres dos trabalhadores e na sua emancipação.

Volvidos 43 anos, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional, continua fiel aos seus princípios dando expressão aos interesses e direitos dos trabalhadores e do Povo Português, bem como daqueles que cá vivem e trabalham.

Em termos estratégicos é necessário continuarmos a construir pontes por Abril, juntar forças, pois todos não somos demais para que se construam relações de força mais favoráveis aos trabalhadores. Só a luta dos trabalhadores e dos povos forçará soluções alternativas.

Os valores evangélicos são compatíveis com a luta sindical na medida em que há identidade nos princípios e valores defendidos, no respeito pelos direitos humanos.

A doutrina social da Igreja apela à acção, pois “a Fé sem obras é morta”. A metodologia VER, JULGAR E AGIR, é o método usado na n/reflexão, no Movimento LOC/MTC do qual sou militante.

Como se faz? Trata-se de aplicar os critérios do Evangelho ao quotidiano da vida. O que é que Jesus Cristo faria hoje no mundo do trabalho? Será que ficava do lado dos mais ricos, dos corruptos, dos que fazem fortuna à custa dos mais pobres? Seguramente que não.

O Papa Francisco, líder do nosso tempo, em defesa da dignidade de todos os seres humanos, sobre o trabalho é categórico: é necessário proteger o trabalhador, instruindo-o, cultivando-o, formando-o, dando-lhe uma digna protecção legal, dando-lhe descanso, tempo para o lazer, garantindo-lhe condições dignas na velhice, proporcionando-lhe um sistema de saúde que o proteja adequadamente das adversidades laborais. A escravidão não está abolida, ela está aí de diversas formas, veja-se, por exemplo: trabalhadores clandestinos. A destruição do trabalho digno, as emigrações dolorosas e a falta de um futuro também se unem nesta sinfonia.

Este é um forte impulso para continuarmos o caminho na busca da justiça e da igualdade.

Precisamos de inverter esta política de austeridade, de desesperança, de empobrecimento do país. Portugal tem presente e futuro para todos, e não apenas para alguns como a direita, o capital e as troicas portuguesa e estrangeira têm orquestrado, com a bênção do Presidente da República. Há que dar prioridade aos anseios das populações, valorizar o que de melhor temos, as pessoas, os trabalhadores, o povo português.

A Constituição da República Portuguesa consagra direitos sociais para todos e não apenas para alguns. Não podemos permitir que se substituam serviços públicos universais pelo mercado, por negócios como aqueles que se querem fazer nos domínios da educação, da saúde e da habitação (como a lei dos despejos que exigimos a sua revogação).

Os trabalhadores portugueses têm dado provas de bom desempenho das suas funções, quer dentro ou fora do país, assim se organize o sector produtivo e teremos bons resultados. A emigração dos n/ jovens não pode ser a resposta. É a economia que tem de servir as pessoas e não o contrário. É na produção de bens e serviços que temos de apostar para vivermos da economia real e não da especulação financeira. É a primazia da sociedade sobre o mercado e não do mercado sobre a sociedade. Quando o mercado predomina sobre a sociedade transforma-a numa mercadoria e conseqüentemente as pessoas e a vida também. Por isso, há que pôr termo a esta ditadura financeira e de mercado. Por termo à privatização, agora designada concessão, dos bens essenciais à população: água, luz, habitação, saúde, educação, Televisão e Rádio Públicas, transportes, etc...

Dia 25 de Abril e 1 de Maio mobilizemo-nos todos os que aqui estamos, levemos um amigo que trará outro também... e trabalhadores e povo engrossaremos as fileiras da luta, nas empresas e na rua. Povos unidos em torno dos valores da paz, da justiça e da solidariedade.

É com confiança, trabalho e esperança que continuaremos a luta para reorientar as políticas económicas apostando na produção nacional; valorizar o trabalho; promover o aumento real dos salários e das pensões assim como do Salário Mínimo Nacional; promover a coesão social e nacional e combater as desigualdades; afirmar e defender as funções sociais do Estado.

Fica o desafio: que a exemplo do que faz o PCP, outros partidos políticos coloquem no topo da sua agenda a causa da defesa dos trabalhadores e das suas organizações representativas; que estas coloquem na sua agenda a elevação da política como algo nobre que a todos diz respeito.

É um imperativo ético esclarecer e mobilizar os cidadãos para as eleições para o Parlamento Europeu, no dia 25 de Maio próximo. Urge combater a abstenção e a manipulação.

Vamos continuar o nosso trabalho em defesa da Paz, da liberdade, da democracia, da igualdade e da soberania.

A luta continua! Unamo-nos na edificação desta causa maior!

